Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos
Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil
Área: Combate à Discriminação

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Verônica Maria da Silva Gomes
Colaboração: Maria Célia Orlato Selem

Aula 6 - Principais pautas e ações do CNCD

O CNCD, no âmbito de sua atuação e atribuições, definiu como principais pautas o combate à discriminação de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros e o combate à discriminação dos negros e negras. Atualmente, também ganham força as ações de combate à discriminação dos povos indígenas.

Como já vimos na aula 2 desse módulo, em seus cinco anos de atuação, o CNCD conseguiu criar duas grandes políticas públicas de caráter interministerial: 1. O Programa Brasil sem Homofobia e 2. O Programa Estratégico de Ação Afirmativa: População Negra e Aids. Apresentaremos a seguir estes dois programas e ao final as comissões temáticas criadas pelo CNCD com a finalidade de estudar e propor ações de combate à discriminação.

1. O Programa Brasil sem Homofobia¹

Considerado a menina dos olhos do CNCD, o Programa Brasil sem Homofobia², lançado em 2004, propõe a transversalidade do tema nas ações das esferas e níveis governamentais, sendo uma conquista histórica para o movimento homossexual.

Elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), o Programa contou com a participação de organizações não- governamentais (ongs) e ativistas que trabalham para a promoção da igualdade dos homossexuais gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. A iniciativa consiste em um conjunto de propostas de

¹ Fontes : Folha do Amapá : http://folhadoamapa.com.br/diario_comments.php?id=P4134_0_4_0

² Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais, e de Promoção da Cidadania Homossexual.

políticas públicas destinadas a garantir os direitos básicos desta população e é considerado um marco histórico na luta contra a homofobia.

De acordo com o secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Ivair Augusto Alves dos Santos, o programa é uma ação que já estava contemplada no Plano Plurianual 2004/2007 e tem como objetivo central desenvolver ações que possam prevenir a discriminação e ações violentas contra os homossexuais. A iniciativa conta com a parceria dos Ministérios da Saúde, Educação, Cultura, onde grupos de trabalho já desenvolvem políticas específicas para homossexuais.

Entre as ações previstas no programa estão a capacitação e a qualificação de profissionais das áreas de segurança pública, educação e saúde. A idéia é que os homossexuais não sejam discriminados na utilização desses serviços, uma vez que, por medo da exposição, muitas vezes o gay, a lésbica, o travesti ou o transexual não denunciam uma ação violenta.

De acordo com dados da SEDH, de 1963 a 2001 ocorreram 2.092 mortes de homossexuais em todo o País, decorrentes de assassinatos homofóbicos. Para Ivair Santos, esse número pode variar, tendo em vista a dificuldade e a falta de qualidade no atendimento dos órgãos competentes e da falta de coragem de exposição das vítimas, face a realidade de discriminação. Por outro lado, a organização e aumento da visibilidade do movimento social em defesa do direito à livre orientação afetivo-sexual tem impulsionado a luta contra a discriminação e em consequência a exigência da punição dos crimes homofóbicos.

Articuladas ao Programa, as Paradas do Orgulho GLBTs no País têm sido momentos de visibilidade e denúncia das discriminações sofridas por este segmento populacional. Exemplo disso é o tema da X Parada GLBT em São Paulo: “Homofobia é Crime”.

Dentre os principais parceiros governamentais nessa luta, estão a SEDH, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que tem dado uma grande contribuição na elaboração de políticas para as lésbicas. As mulheres lésbicas vêm se organizando, exigindo a inclusão do direito à livre expressão sexual, e, em consequência, conquistando visibilidade e inclusão nas políticas públicas, em especial as de saúde e educação.

Homossexuais e a Câmara Técnica de Promoção de Políticas de Segurança

Como resultado da implementação do Programa Brasil sem Homofobia, em fevereiro de 2005, o segmento GLBT conquistou a instalação de uma Câmara Técnica para diagnosticar, elaborar e avaliar a promoção das políticas de segurança.

Para isso, foi fundamental a parceria entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), na elaboração do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

O capítulo IV do Programa Brasil sem Homofobia – “Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade” determina a elaboração de diretrizes de combate à homofobia na área de Segurança Pública. Baseado nesse dispositivo, o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, resolveu instituir uma Câmara Técnica para diagnosticar, elaborar e avaliar a promoção das políticas de segurança na área em questão.

A Câmara Técnica é coordenada pela SENASP/MJ e é constituída de um representante do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos por personalidade representativa da luta pelos direitos humanos e contra a discriminação por orientação sexual.

Dentre outras atribuições, a Câmara Técnica, poderá, com o apoio administrativo e executivo da SENASP:

- Propor a criação de instrumentos técnicos para elaboração de diretrizes, de recomendações e de linhas de apoio, visando ao estabelecimento de ações de prevenção à violência e combate à impunidade contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais;
- Propor a elaboração de cursos, conteúdos e metodologias de ensino, específicos ao tema, a serem utilizados na capacitação das polícias estaduais e guardas municipais, de acordo com a Matriz Curricular Nacional das Polícias e Matriz Curricular das Guardas Municipais;
- Analisar casos de violência contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais;
- Propor procedimentos e rotinas policiais destinados a atender a necessidade de proteção aos gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais.

2. O Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids³.

Com uma diretriz de promoção dos direitos humanos, e tendo a superação do racismo como meta, o programa, lançado em agosto de 2005, foi elaborado por um grupo de trabalho composto por representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) / Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério da Educação e da sociedade civil.

O Programa é composto por 30 metas que deverão atingir toda a população negra usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), até agosto de 2006. As metas estão relacionadas à implementação de políticas, promoção de parcerias, produção de conhecimento, capacitação e comunicação e prevêm: a implementação de ações afirmativas no âmbito dos ministérios participantes; a superação do racismo como tema transversal em todas as ações; a capacitação de profissionais negros para atuarem como multiplicadores em estados e municípios e a efetivação de parceria e financiamento para ações com organizações da sociedade civil, do movimento negro e da população quilombola.

³ Fonte: Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
<http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=3&tema=25&materia=1444>

Segundo o [Boletim Epidemiológico](#) do Ministério da Saúde a proporção de pessoas de cor preta e parda que contraíram Aids aumentou. 13,2% das mulheres e 11,2% dos homens infectados no ano 2000 eram de cor preta, ao passo que no primeiro semestre de 2004 essa proporção subiu para 14,3% e 11,8%, respectivamente. Entre homens e mulheres de cor parda, a proporção subiu, respectivamente, de 22,2% para 25,4%, e de 22,4% para 28,1% dos infectados.

A partir desse diagnóstico, o programa sugere que seja incluída, até dezembro deste ano, a variável raça/cor em todas as análises epidemiológicas. Outra proposta é criar projetos direcionados a comunidades pobres nos 13 Estados com maior percentual de população negra; nesse caso, a meta é ter 13 projetos aprovados e financiados até março de 2006.

Por ser uma política pública que tem como princípio a ação afirmativa, a iniciativa prevê a participação de representantes da população negra em todas as suas fases: planejamento, pesquisa, articulação e mobilização.. Ao assumir a temática da ação afirmativa, o programa inova na articulação interministerial, no reconhecimento da discriminação racial e na área da saúde pública.

Nesse sentido, o Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids, conta com ampla participação de representantes da população negra - como lideranças, organizações, intelectuais, pesquisadores e religiosos de matriz africana -, na elaboração e desenvolvimento de políticas de enfrentamento da epidemia de Aids.

O programa prevê, também, o combate à discriminação racial e étnica, a pesquisa das relações entre o racismo e a vulnerabilidade ao HIV/Aids e a promoção da igualdade por meio de programas de ações afirmativas. Os objetivos visam a ampliação do acesso aos serviços, insumos e informação em HIV/Aids para a população negra, a articulação das capacidades institucionais dos diferentes atores envolvidos para promover pesquisa, educação e comunicação no combate ao racismo e outras formas de discriminação e sua interface com o HIV/Aids, e a disseminação de boas práticas de superação do racismo, intolerância e discriminação, incluindo a discriminação contra portadores de HIV/Aids.

Com a iniciativa, pretende-se investigar se há, e como ocorre, a disparidade no acesso às informações, às práticas de prevenção e ao atendimento de saúde prestado junto à população negra, quando comparados à população branca. As ações do programa serão desenvolvidas de forma descentralizada, em estados e municípios, nos campos da pesquisa, assistência social, prevenção e direitos humanos. Com o lançamento do programa, o Governo Federal reitera seu compromisso com o combate da discriminação em todas as suas formas: racial, étnica, de gênero ou por orientação sexual, para avançar na equidade.

Comissões Temáticas do CNCD

Criadas durante a 4ª Reunião ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, reunido no Ministério Público do Trabalho, sob a presidência interina da Subprocuradora-Geral do Trabalho Maria Aparecida Gugel, as comissões temáticas têm o objetivo de estudar questões relacionadas à discriminação e apresentar propostas ao CNCD. São elas:

- Quilombos - comissão temática provisória que se encarregará do estudo de casos relativos aos remanescentes de quilombos.
- Convivência militares e índios - tratará da convivência entre militares e índios em terras indígenas, pois foram identificados problemas sérios em várias regiões. Uma das propostas já apresentadas pela Comissão, e aprovada pelo CNCD, diz respeito a reunião com a presença de representantes dos povos indígenas e especialistas que trabalham com o tema, objetivando a elaboração de proposta de pacto ou ajuste de conduta com os militares.
- Empresas de segurança - as empresas de segurança privada no Brasil também serão estudadas por comissão temática, tendo em vista dos inúmeros casos de discriminação praticados por vigilantes e seguranças. O CNCD defende a necessidade de treinamento desses profissionais e revisão dos currículos de formação.

Praticando:

- 1) Você conhece as principais pautas e ações do conselho dos direitos da comunidade negra, população indígena e de gays lésbicas, bissexuais e transgêneros em seu estado e município? Quais são?
- 2) Como é feito o diálogo entre estas pautas e o movimento de defesa dos direitos destas comunidades? Há algum mecanismo de comunicação entre o conselho e estes movimentos?

Links Interessantes

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

Ministério Público do Trabalho – Informativo virtual do MPT
http://www.mpt.gov.br/ascom/infdiscrimina/cncd_janeiro.html

Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde
<http://www.aids.gov.br/final/dados/BOLETIM2.pdf>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
<http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=1414&lay=rac>

Brasil sem Homofobia
http://www.mj.gov.br/sedh/ct/004_1_3.pdf

Associação da Parada do Orgulho GLBT
<http://www.paradasp.org.br>

Conselho Nacional de Combate à Discriminação
<http://www.presidencia.gov.br/sedh/cncd>